

ATA N° 7, de 29 DE MAIO DE 2025 CONSELHO FISCAL

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às 14h, reuniu-se o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco - Patoprev, em sessão ordinária, nas dependências da sala de reuniões da autarquia, localizada na Rua Tapajós, 64, 1º andar, neste município. Estiveram presentes os conselheiros Adilcione Colli, Ana Cristina Rocha da Silva, Carlos Henrique Galvan Gnoatto, Eliana Scariot Amorim, Elisangela Marcia Caldato Zanella, Francielli Franco Brunismann e Juliano Belusso. A Presidente do Conselho Fiscal, senhora Eliana Scariot Amorim, declarou aberta a sessão, cumprimentando todos os presentes. Na oportunidade, foi realizada uma apresentação pelo Presidente do Comitê de Investimentos do Patoprev, senhor Luan Leonardo Botura, que ministrou breve palestra sobre prestação de contas, empenhos, repasses e investimentos. Em seguida procedeu-se à análise detalhada do Regimento Interno do Conselho Fiscal, o qual foi amplamente discutido e aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. Dando continuidade aos trabalhos, passou-se ao exame dos documentos financeiros do Patoprev, referentes ao mês de abril de 2025, encaminhados por meio da plataforma 1Doc, através do Memorando nº 14.550/2025, datado de quinze de maio de dois mil e vinte e cinco. Após criteriosa análise, a prestação de contas foi aprovada, e o Conselho apresentou o seguinte resumo dos depósitos realizados nas contas do Instituto no referido período: 02/04 Prefeitura de Coronel Vivida, Estado do Paraná, referente à previdência municipal de servidor cedido, competência de marco de dois mil e vinte e cinco R\$ 1.990,87; valor descontado da folha do segurado R\$ 1.475,27. 04/04 - Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, referente às contribuições previdenciárias dos servidores ativos do poder legislativo, competência março de dois mil e vinte e cinco, valor de contribuição patronal R\$ 29.867,49; Valor descontado da folha de pagamento dos segurados R\$ 21.173,85. 07/04 - COMPREV -Compensação Previdenciária, fluxo competência fevereiro de dois mil e vinte e cinco, R\$ 84.830,49. 15/04 - Aporte para abatimento de déficit atuarial, referente ao ano de dois mil e vinte e cinco, 4ª parcela de 12 - R\$ 735.757,87. 16/04 - Prefeitura Municipal de Pato Branco, referente às contribuições previdenciárias dos servidores ativos do Poder Executivo, competência março de dois mil e vinte e cinco, valor da Contribuição Patronal R\$ 2.241.788,92; Valor descontado da folha dos segurados R\$ 1.481.049,19. 30/04 - Folha dos Inativos, referente à previdência municipal dos inativos, competência abril de dois mil e vinte e cinco, valor descontado dos aposentados R\$ 168.109,27; Valor descontado dos pensionistas R\$ 7.269,36. Recursos previdenciários

provenientes de ações judiciais movidas por servidores públicos municipais segurados do Patoprev, nas quais havia verbas sujeitas à contribuição previdenciária nos períodos abrangidos pela condenação, conforme as disposições das Leis Complementares LC nº 74/2028 e LC 89/2021 - 02/04 R\$ 12.938,59; 07/04 - R\$ 37.150,32; 09/04 R\$ 1.975,23, perfazendo um total de R\$ 52.064,14. 30/04 Rendimentos referentes à Carteira de Investimento, competência abril de dois mil e vinte e cinco R\$ 1.519.265,72, totalizando as Receitas em R\$ 6.345.242,44, e Despesas em R\$ (-) 1.897.693,79, referente à folha de pagamento dos inativos, competência 04/2025. Em conformidade com a legislação vigente e após análise dos extratos bancários, o Conselho Fiscal opina pela regularidade dos repasses de contribuição previdenciária, tanto das contribuições descontadas dos segurados ativos e inativos quanto das contribuições patronais e dos valores destinados aos aportes para abatimento do déficit atuarial. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal, senhora Eliana Scariot Amorim, declarou encerrada a sessão às quinze horas e trinta minutos. Para constar, eu, Elisangela Marcia Caldato Zanella, secretária, lavrei a presente ata, que será assinada digitalmente pelos conselheiros presentes.

Eliana Scariot Amorim
REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO
(Presidente)

Ana Cristina Rocha da Silva REPRESENTANTE DOS SEGURADOS INATIVOS

Adilcione Colli
REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO

Carlos Henrique Galvan Gnoatto REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Elisangela Marcia Caldato Zanella REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO

Francielli Franco Brunismann
REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS
PROFESSORES
MUNICIPAIS E APP SINDICAL

Juliano Belusso REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS





	FLUXO DE CAIXA										
	RECEITAS X DESPESAS - ABRIL 2025 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO										
SEQ.	DATA	DESCRIÇÃO	VALOR								
1.	02/04/2025	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SERVIDOR CEDIDO	R\$ 3.466,14								
1.1	-	CONTRIBUIÇÃO PARTE PATRONAL COMPETÊNCIA 03.2025	R\$ 1.990,87								
1.2	-	CONTRIBUIÇÃO PARTE SERVIDOR COMPETÊNCIA 03.2025	R\$ 1.475,27								
2.	04/04/2025	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PODER LEGISLATIVO	R\$ 51.041,34								
2.1	-	CONTRIBUIÇÃO PARTE PATRONAL COMPETÊNCIA 03.2025	R\$ 29.867,49								
2.2	-	CONTRIBUIÇÃO PARTE SERVIDOR COMPETÊNCIA 03.2025	R\$ 21.173,85								
3.	07/04/2025	COMPREV - FLUXO COMPETÊNCIA 02.2025	R\$ 84.830,49								
4.	15/04/2025	DÉFICIT ATUARIAL 2025 - 4ª PARCELA DE 12	R\$ 735.757,87								
5.	16/04/2025	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PODER EXECUTIVO	R\$ 3.722.838,11								
5.1	-	CONTRIBUIÇÃO PARTE PATRONAL COMPETÊNCIA 03.2025	R\$ 2.241.788,92								
5.2	-	CONTRIBUIÇÃO PARTE SERVIDOR COMPETÊNCIA 03.2025	R\$ 1.481.049,19								
6.	30/04/2025	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INATIVOS	R\$ 175.978,63								
6.1	-	CONTRIBUIÇÃO PARTE APOSENTADOS COMPETÊNCIA 04.2025	R\$ 168.709,27								
6.2	-	CONTRIBUIÇÃO PARTE PENSIONISTAS COMPETÊNCIA 04.2025	R\$ 7.269,36								
7.	-	RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS AÇÕES JUDICIAIS ¹	R\$ 52.064,14								
7.1	02/04/2025	NR.PROC-0000000000054496920208167000	R\$ 12.938,59								
7.2	07/04/2025	NR.PROC-0000000000054591620208167000	R\$ 37.150,32								
	09/04/2025	NR.PROC-00000000000003843420238160131	R\$ 1.975,23								
7.3		04/2025 RENDIMENTOS CARTEIRA DE INVESTIMENTOS ABRIL									
7.3 8.	30/04/2025	RENDIMENTOS CARTEIRA DE INVESTIMENTOS ABRIL	R\$ 1.519.265,72								
	30/04/2025	TOTAL DA RECEITA	R\$ 6.345.242,44								
	30/04/2025 DATA		,								
8.		TOTAL DA RECEITA	R\$ 6.345.242,44								

¹Valores provenientes de ações judiciais movidas por servidores públicos municipais segurados do PATOPREV, nas quais havia verbas sujeitas à contribuição previdenciária nos períodos abrangidos pela condenação, conforme as disposições das LC 74/2018 e LC 89/2021.

ASSINAD POSSOAS: CARLOS HENRIQUE GALVAN GNOATTO, ELISANGELA CALDATO ZANELLA, FRANCO BRUNISMANN, ELIANA SCARIOT AMORIM, JULIANO BELUSSO, ANA CRISTINA ROCHA DA



CARTEIRA DE INVESTIMENTOS – ABRIL DE 2025 ENQUADRAMENTO POLITICA DE INVESTIMENTO E LEGISLAÇÕES

Fundo/Classe de Investimento	Saldo	Alocado	Limite Legislação ²	Alocação Objetivo ³	
			Legisiação	Objetivo	
Art. 7°, I, b - 100% Títulos Públicos SELIC	R\$ 84.544.302,18	45,74%	100,00%	35,00%	
Art. 7º, III, a - Renda Fixa - Geral	R\$ 74.295.455,73	40,19%	60,00%	30,00%	
Art. 7°, V, b - Renda Fixa - Créd. privado	R\$ 7.806.128,93	4,22%	5,00%	5,00%	
Art. 8°, I - Ações	R\$ 10.653.786,69	5,76%	30,00%	10,00%	
Art. 9°, III – BDR-Ações	R\$ 4.862.087,88	2,63%	10,00%	10,00%	
Art. 10, I - Multimercado FIM	R\$ 2.678.153,07	1,45%	10,00%	10,00%	
TOTAL	R\$ 184.839.914,48	100,00%			

Devido às condições de mercado atuais, com cenário econômico adverso, incerto e volátil, justifica-se a divergência no valor alocado no fechamento de abril de 2025 em relação à alocação objetivo definida na Política de Investimentos para 2025. Nesta esteira, vale ressaltar que o Comitê de Investimentos está monitorando diariamente as oportunidades de investimentos objetivando a diminuição de volatilidade da carteira alocando os recursos em fundos de investimento com o melhor risco x retorno no cenário atual.

² Limites máximos definidos pela Resolução CMN n° 4.963/2021.

³ Alocação objetivo definida na Política de Investimentos para 2025.



RENTABILIDADE CARTEIRA X META ATUARIAL											
Mês	PL Inicial	Aplicações	Resgates	Rentabilidade (R\$)	Saldo em Conta	PL Final	Rentabilidade Carteira (%)	Meta Atuarial (%) ⁴			
Jan.	R\$ 179.153.109,92	R\$ 3.663.765,98	-R\$ 1.713.868,22	R\$ 1.826.464,62	R\$ 0,00	R\$ 182.929.472,35	1,01%	0,61%			
Fev.	R\$ 182.929.472,35	R\$ 31.694.440,35	-R\$ 26.420.042,10	R\$ 423.815,35	R\$ 0,00	R\$ 188.627.685,95	0,23%	1,73%			
Mar.	R\$ 188.627.685,95	R\$ 4.441.167,10	-R\$ 1.714.237,48	-R\$ 1.606.013,51	R\$ 0,00	R\$ 189.748.602,06	-0,85%	0,95%			
Abr.	R\$ 189.748.602,06	R\$ 28.678.347,53	-R\$ 35.123.521,00	R\$ 1.519.265,67	R\$ 3.687.477,21	R\$ 188.510.171,47	0,79%	0,84%			
TOTAL				R\$ 2.163.532,13			1,18%	4,20%			

⁴ A meta atuarial estipulada na Política de Investimentos para 2025 foi de IPCA + 5,31%



REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PATO BRANCO - PATOPREV

RESOLUÇÃO № 1, DE 29 DE MAIO DE 2025.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município de Pato Branco - Patoprev.

O CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – PATOPREV, no uso de suas atribuições legais, resolve aprovar e publicar o Regimento Interno:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regimento Interno regulamenta a organização, as atribuições e o funcionamento do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco (Patoprev), em conformidade com a Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018 e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO, REQUISITOS E MANDATO

- Art. 2º O Conselho Fiscal será composto conforme os artigos 78 a 80 da Lei Complementar nº 74, de 2018, por representantes dos servidores ativos e inativos, do Poder Executivo, do Poder Legislativo e de entidades representativas dos servidores públicos municipais, da seguinte forma:
- I dois representantes dos servidores segurados do Patoprev indicados pelo Poder Executivo;
- II um representante dos servidores segurados do Patoprev indicado pelo Poder Legislativo;
- III um representante dos servidores segurados do Patoprev indicado pela Associação dos Servidores Públicos Municipais eleito em Assembleia Geral;
- IV um representante dos servidores segurados do Patoprev indicado pelo Sindicato dos Servidores do Município de Pato Branco, eleito em Assembleia Geral;
- V um representante dos servidores segurados do Patoprev, indicado pela Associação dos Professores Municipais e pela APP Sindicato, eleito em Assembleia Geral Conjunta;
- VI um representante dos servidores inativos (aposentados), eleito em Assembleia Geral.



- **Art. 3º** São requisitos para o ingresso e a permanência como membro do Conselho Fiscal, conforme o art. 79 da Lei Complementar nº 74, de 2018:
 - I ser servidor público, ativo ou inativo, segurado do Patoprev;
- II não ter incorrido em falta apurada em processo administrativo ou condenação criminal, transitado em julgado;
 - III possuir nível médio completo;
- IV ter necessariamente mais de três anos de efetivo exercício como servidor público;
 - V não exercer cargo eletivo;
- VI possuir certificação emitida por uma entidade autônoma com reconhecida capacidade técnica e ampla difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo atenda aos requisitos e prazos estabelecidos pelo Ministério da Previdência.

Parágrafo único. A comprovação da inexistência de condenação criminal dar-se-á mediante certidões do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e da Justiça Federal.

CAPÍTULO III DA CERTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

- **Art. 4º** Os conselheiros somente entrarão em exercício após apresentarem a certificação profissional válida, conforme exigido pela Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, e pela Portaria MPS nº 1.499, de 28 de maio de 2024, ou outras normas que venham a substituí-las.
- § 1º A posse dos conselheiros deverá ocorrer até 90 (noventa) dias antes da data prevista para o início do exercício de suas funções, condicionada à comprovação dos requisitos legais e regimentais, excetuando-se, nesse momento, a certificação de que trata o *caput* deste artigo.
- § 2º A certificação mencionada no *caput* deverá ser apresentada até a data do início do exercício das funções, sendo condição indispensável para o ingresso e permanência no cargo.
- § 3º O conselheiro que não apresentar a certificação no prazo previsto será exonerado da função, devendo ser convocado o respectivo suplente.
- § 4º Em caso de posse de conselheiro suplente durante o curso do mandato, este poderá entrar em exercício imediatamente, desde que comprove os demais requisitos legais e regimentais, devendo apresentar a certificação no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da posse.
- **Art. 5º** A certificação exigida deve atender aos critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social, observando-se os seguintes requisitos:
- I Nível de Certificação: os conselheiros deverão possuir certificação em nível básico ou intermediário, conforme definido com base no Índice de Sustentabilidade Previdenciária (ISP-RPPS), volume de recursos administrados pelo Patoprev e demais normas regulamentares aplicáveis.



- II Prazos e requisitos de atualização: Os prazos e critérios para obtenção e atualização da certificação serão aqueles vigentes à época da nomeação, observando-se as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social.
- **Art. 6º** O Patoprev deverá acompanhar e garantir o cumprimento das exigências de certificação, notificando os membros sobre eventuais prazos de renovação e facilitando o acesso a programas de capacitação.
- **Art. 7º** O Conselho Fiscal incentivará a capacitação contínua de seus membros, garantindo a participação em cursos, treinamentos e programas de atualização profissional, de modo a manter a regularidade da certificação exigida e aprimorar a governança do RPPS.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

- **Art. 8º** São competências do Conselho Fiscal as estabelecidas no art. 81 da Lei Complementar nº 74, de 2018, abrangendo, dentre outras, a fiscalização econômico-financeira e atuarial do Patoprev:
 - I eleger o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário(a);
- II examinar os balancetes mensais e as contas, emitindo parecer a respeito;
- III pronunciar-se sobre despesas extraordinárias autorizadas pelo Conselho de Administração;
 - IV elaborar e propor alterações ao Regimento Interno, quando necessário;
- V indicar, dentre os conselheiros, um membro e um suplente para o Comitê de Investimentos;
- VI propor ao Conselho de Administração as medidas que julgar convenientes;
- VII encaminhar comunicação formal ao Conselho de Administração as deficiências e irregularidades encontradas no desempenho de suas atividades e sugerir medidas para saná-las;
- VIII convocar os membros da Unidade Gestora para reuniões e esclarecimentos de assuntos do RPPS;
- IX dar publicidade aos segurados, mensalmente ou bimestralmente, das atividades de fiscalização do Conselho Fiscal;
- X apreciar e aprovar a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
 - XI aprovar o orçamento do Patoprev;
- XII fiscalizar a aplicação dos índices atuariais nos Planos de Custeio e Benefícios;
- XIII opinar sobre assuntos de natureza econômico-financeira e contábil que lhe sejam submetidos pelo Conselho de Administração.



- § 1º Além das competências previstas no *caput*, o Conselho Fiscal deverá emitir parecer conclusivo acerca de:
- I o repasse mensal das contribuições dos servidores e das contribuições patronais;
- II o repasse mensal dos aportes destinados à equalização do déficit atuarial;
- III os investimentos e aplicações, nos termos da política de investimentos do instituto.
- § 2º As matérias submetidas à deliberação do Conselho Fiscal deverão ser acompanhadas de estudos e pareceres técnicos que subsidiem as decisões, sempre que necessário.
- § 3º O Conselho Fiscal poderá solicitar informações complementares à Diretoria Executiva ou a outros órgãos competentes do Patoprev, sempre que julgar indispensável para o desempenho de suas funções.

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES

Art. 9º O Conselho Fiscal realizará suas reuniões:

- I ordinariamente, com periodicidade mensal;
- II extraordinariamente, por convocação do Presidente ou mediante requerimento de, no mínimo, cinco membros.
- § 1º As reuniões ordinárias serão realizadas conforme o cronograma de datas definido e aprovado na primeira reunião ordinária anual, enquanto as reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
- § 2º O quórum mínimo exigido para a realização das reuniões é de cinco membros.
- § 3º Caso a primeira chamada não atinja o quórum previsto no § 2º, o Presidente deverá realizar uma segunda chamada, quinze minutos após o horário inicialmente marcado, persistindo a ausência de quórum, o Presidente convocará nova reunião em data a ser definida.
- **Art. 10.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por voto favorável de dois terços de seus membros, devendo ser formalizadas por meio de Ata.
- Parágrafo único. A Ata de cada reunião deverá ser subscrita pelos membros presentes e publicada no site do Patoprev.

CAPÍTULO VI DA ELEIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Art. 11. Na primeira reunião de cada mandato, os membros do Conselho Fiscal elegerão o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário, para um mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.





- § 1º A primeira reunião de cada mandato será convocada e presidida pelo Diretor-Presidente da Diretoria Executiva do Patoprev.
- § 2º Para concorrer aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário, o Conselheiro interessado poderá manifestar sua candidatura.
- § 3º A eleição dos cargos será realizada na presença de, no mínimo, dois terços dos membros titulares do Conselho.
- § 4º A votação ocorrerá mediante manifestação dos Conselheiros Titulares, sendo eleito o candidato que obtiver 2/3 (dois terços) dos votos para o respectivo cargo.
- § 5º Em caso de empate na votação, será considerado eleito o conselheiro titular com maior tempo de atuação no Conselho Fiscal e, persistindo o empate, aquele de maior idade.
- § 6º A suplência dos cargos de Presidente e Secretário será exercida, respectivamente, pelos conselheiros titulares presentes, conforme designação do Plenário do Conselho Fiscal, em caráter temporário, apenas nas ausências ou impedimentos dos titulares.
- § 7º Em caso de afastamento temporário justificado do Presidente, o Vice-Presidente exercerá as funções de substituição.
- § 8º No caso de falecimento, renúncia ou qualquer situação que resulte no afastamento definitivo do Presidente, do Vice-Presidente ou do Secretário, proceder-se-á à realização de nova eleição para o cargo vago, com a finalidade de completar o restante do mandato.

Art. 12. Compete ao Presidente:

- I convocar e presidir as reuniões do Conselho Fiscal;
- II representar o Conselho junto aos demais órgãos do Patoprev;
- III assegurar o cumprimento das decisões do Conselho Fiscal;
- IV assinar documentos administrativos do Conselho;
- V supervisionar a elaboração da pauta das reuniões;
- VI exercer o voto de qualidade em caso de empate nas deliberações;
- VII exercer outras atribuições compatíveis com sua função.

Art. 13. Compete ao Vice-Presidente:

- I substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;
- II auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções;
- III cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Fiscal;
- IV exercer outras atribuições compatíveis com sua função, conforme designação do Presidente.

Art. 14. Compete ao Secretário:

- I redigir as atas das reuniões;
- II manter a guarda e organização dos documentos do Conselho;
- III auxiliar na elaboração dos documentos relativos ao Conselho;
- IV controlar a frequência dos conselheiros e informar ao Presidente eventuais ausências reiteradas;

Pessoas: BUNDASCHARING MANGARING FRANCIAN FRANCI



V - exercer outras atribuições compatíveis com sua função.

Art. 15. Compete aos membros titulares do Conselho Fiscal:

- I participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Fiscal;
- II comunicar ao Presidente do Conselho, para que sejam tomadas as devidas providências, quando não puder comparecer às reuniões por motivo justificado;
- III examinar os balancetes mensais e as contas do Patoprev, emitindo pareceres no prazo estabelecido;
 - IV elaborar o cronograma de reuniões do conselho;
- V fiscalizar a execução orçamentária e a aplicação dos recursos do Patoprev;
- VI pronunciar-se sobre despesas extraordinárias autorizadas pelo Conselho de Administração;
- VII propor medidas ao Conselho de Administração visando à melhoria da gestão financeira e atuarial;
- VIII comunicar ao Conselho de Administração irregularidades identificadas na gestão do RPPS;
- IX indicar, dentre os conselheiros, um membro e um suplente para integrarem o Comitê de Investimentos;
- X apreciar e aprovar a prestação de contas anual a ser remetida ao
 Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- XI zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares que regem o Patoprev;
- XII desempenhar outras atribuições correlatas no âmbito de suas competências.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Fiscal, com base na legislação vigente e nos princípios gerais do direito.

CAPÍTULO VII DAS PENALIDADES E VACÂNCIA

- **Art. 16.** O mandato do membro do Conselho Fiscal será extinto nas seguintes hipóteses:
 - I ausência, sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas;
- II ausência, sem justificativa, a 6 (seis) reuniões intercaladas, no período de 1 (um) ano.
- § 1º Na hipótese prevista no *caput*, o suplente assumirá a vaga do conselheiro afastado.
- § 2º Em caso de afastamento temporário ou impedimento, o Conselheiro deverá justificar sua ausência às reuniões ordinárias por escrito, com antecedência mínima de três dias.
- § 3º Caso um Conselheiro solicite licença formal por um período superior a sessenta dias, o suplente será convocado para assumir o cargo, com direito a voz e voto.

ASSIDED TO PESSORS: EMIND SCHEINFOLDEN FRANCIAL FEARING ATHLAND SEALID FEARING STAND FROM ENDING FROM BRADHEN BY ANCIA BRADHEN WINNE HESMAN FEARING FEARING BRADHEN BY ANCIA BRA



- § 4º Em casos de afastamento superior a 90 (noventa) dias, o suplente assumirá o cargo como titular, com direito a voz e voto.
- § 5º A responsabilidade pela indicação de um novo suplente para completar o período restante do mandato recairá sobre o órgão ou entidade ao qual o conselheiro afastado está vinculado, ou sobre o representante do servidor ativo ou inativo, conforme o caso.
- § 6º Antes da extinção do mandato, será assegurado ao conselheiro o direito ao contraditório e à ampla defesa, mediante notificação formal, com prazo de quinze dias para apresentação de justificativa.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 17.** As alterações neste Regimento Interno deverão ser aprovadas por maioria absoluta dos membros do Conselho Fiscal e comunicadas à Diretoria Executiva do Patoprev para fins de registro e publicidade.
- **Art. 18.** Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Complementar nº 74 de 2018 e em deliberação do Conselho.
 - Art. 19. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 29 de maio de 2025.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6176-11F0-050D-D381

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

CARLOS HENRIQUE GALVAN GNOATTO (CPF 065.XXX.XXX-84) em 06/06/2025 16:10:47 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ ELISANGELA CALDATO ZANELLA (CPF 014.XXX.XXX-19) em 06/06/2025 16:11:29 GMT-03:00 Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

FRANCIELLI FRANCO BRUNISMANN (CPF 010.XXX.XXX-60) em 06/06/2025 16:17:51 GMT-03:00 Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ELIANA SCARIOT AMORIM (CPF 029.XXX.XXX-17) em 06/06/2025 17:40:08 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

JULIANO BELUSSO (CPF 048.XXX.XXX-69) em 10/06/2025 09:42:49 GMT-03:00

Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

ANA CRISTINA ROCHA DA SILVA PIACENTINI (CPF 574.XXX.XXX-91) em 10/06/2025 11:04:04 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ ADILCIONE COLLI (CPF 840.XXX.XXX-15) em 10/06/2025 11:07:55 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/6176-11F0-050D-D381